

# NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

## CARGO 09: ADVOGADO



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

CETAP

### INSTRUÇÕES ESPECIAIS

- 01** Você está recebendo o seu Caderno de Questões, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha, numeradas de 01 a 50, em ordem sequencial. Confira a sequência numérica de seu Caderno de Questões antes de iniciar a resolução, assim como o número de páginas, comunicando, imediatamente, ao Fiscal de Sala, em caso de repetição ou ausência de questão ou página.
- 02** Você deve conferir, na capa do Caderno de Questões e no rodapé das páginas internas, o cargo a que o Caderno de Questões se refere. Caso você tenha recebido um Caderno de Questões que não corresponda ao mesmo cargo descrito no seu Cartão Resposta, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala e exija o Caderno de Questões correto.
- 03** As respostas das questões objetivas de múltipla escolha do Caderno de Questões deverão ser transcritas para o Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente.
- 04** Para cada questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha existirão 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D e E), das quais apenas uma será correta, de acordo com o comando da questão. A marcação de mais de uma no Cartão Resposta anula, automaticamente, a resposta da questão.
- 05** O tempo máximo disponível para realização da prova é de 3h30 (três horas e trinta minutos), já incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do Cartão Resposta.
- 06** Somente depois de decorridos 60 minutos do início da prova, o candidato poderá entregar o seu Caderno de Questões e o seu Cartão Resposta, e retirar-se da sala de prova.
- 07** Os 3 (três) últimos candidatos só poderão sair da sala de prova juntos.
- 08** Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões e o Gabarito desde que nos últimos 30 (trinta) minutos antes do término da prova.

### ATENÇÃO

Escreva no espaço apropriado do Cartão Resposta, com a sua caligrafia usual, a seguinte “frase mestra” de Aristóteles:

**“O segredo do sucesso é saber algo que ninguém mais sabe.”**

A transcrição da “frase mestra” é obrigatória e servirá para identificar o Cartão Resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição ocasionará a eliminação do candidato no presente concurso público.



Leia o texto e responda o que se pede no comando das questões:

**Olivia**

*Luís Fernando Veríssimo.*

Querida Olivia Schmid, muito obrigado pela carta que você mandou no hospital Pro Cardíaco, quando soube que eu estava internado lá, semana passada. Sua carta me emocionou, bem como as muitas mensagens que recebi dos amigos e de desconhecidos como você, desejando meu restabelecimento. O restabelecimento era garantido, pois eu estava nas mãos dos médicos Claudio Domenico, Marcos Fernandes, Aline Vargas, Felipe Campos e toda a retaguarda de craques do hospital, além do dr. Alberto Rosa e do dr. Eduardo Saad, que instalou no meu peito o marca-passo que, se entendi bem, vai me permitir competir. Mas, infelizmente, não pude responder sua cartinha porque você não colocou seu endereço. Só sei que você se chama Olivia (lindo nome), tem 10 anos, mora na Tijuca e cursa o quinto ano da Escola Municipal Friedenreich. E que gosta muito de ler.

Você me fez uma encomenda: pediu que eu escrevesse uma história sobre pessoas que não gostam de acordar cedo de manhã, como você. Vou escrever a história, Olivia, inclusive porque pertença à mesma irmandade. Concordo que não existe maldade maior do que tirar a gente do quentinho da cama com o pretexto absurdo de que é preciso ir à escola, trabalhar etc., todas essas coisas que não se comparam com o prazer de ficar na cama só mais um pouquinho. Acho até que poderíamos formar uma associação de pessoas que pensam como nós, uma Associação dos que Odeiam Sair da Cama de Manhã (AOSCM). Poderíamos até fazer reuniões do nosso grupo - desde que não fossem muito cedo de manhã, claro.

Você me fez um pedido e eu vou fazer um a você, Olivia. Por favor, continue sendo o que você é. Não, não quero dizer leitora dos meus livros, se bem que isto também. Continue sendo uma pessoa que consegue emocionar outra pessoa com um simples ato de bondade, sem qualquer outro pretexto a não ser sua vontade de ser solidária. Você deve ter notado que o pessoal anda muito mal-humorado, Olivia. Se desentendem e brigam porque um não tolera a opinião do outro. Conversa vira bate-boca, debate vira, às vezes, até troca de tapas. Uma das crises em que o Brasil está metido é uma crise de civilidade. Não deixe que nada disso mude a sua maneira de ser, Olivia. O seu simples ato de bondade vale mais do que qualquer um desses discursos rancorosos. Animou meu coração mais do que um marca-passo. O Brasil precisa muito de você, Olivia.

**Questão 01**

Sobre o texto de Luiz Fernando Veríssimo, é inadequado afirmar:

A) que está redigido em linguagem coloquial.  
 B) que denuncia a falta de civilidade no país.  
 C) que o autor apreciou a solidariedade da criança, quando de sua recuperação.  
 D) que o texto apresenta forma de missiva: vocativo, função conativa, tom de conversa.  
 E) que, "(...) se bem que isto também." e "Se desentendem e brigam (...)" confirmam a opção pela colocação pronominal, em próclise, preferida no Brasil.

**Questão 02**

Em: "Não, não quero dizer leitora dos meus livros, se bem que isto também.", são elementos coesivos encontrados no fragmento os listados a seguir, exceto:

- A) pronome possessivo.  
 B) elipse.  
 C) pronome demonstrativo.  
 D) conjunção.  
 E) advérbios de lugar.

**Questão 03**

A análise da estrutura da composição do período seguinte não permite afirmar:

"Sua carta me emocionou, bem como as muitas mensagens que recebi dos amigos e de desconhecidos como você, desejando meu restabelecimento."

- A) Existem cinco orações compondo o período.  
 B) Há dois verbos em elipse.  
 C) Há uma oração adjetiva desenvolvida e uma reduzida.  
 D) O período é composto por coordenação e subordinação.  
 E) O pronome relativo "que" tem função de objeto direto.

**Questão 04**

Leia o fragmento seguinte: "O restabelecimento era garantido, pois eu estava nas mãos dos médicos Claudio Domenico, Marcos Fernandes, (...)". A figura de linguagem "nas mãos dos médicos" é:

- A) metáfora.  
 B) metonímia  
 C) hipérbole.  
 D) prosopopeia.  
 E) paradoxo.

**Questão 05**

O primeiro período do texto apresenta falhas em relação à norma culta:

- A) de colocação pronominal.  
 B) de regência nominal.  
 C) de regência verbal.  
 D) de grafia de vocábulos.  
 E) de pontuação.

**Questão 06**

Há sinônimos do vocábulo "pretexto" (3º §) em todas as alternativas, exceto:

- A) desculpa.  
 B) subterfúgio.  
 C) disfarce.  
 D) alegação.  
 E) emissão.

**Questão 07**

Marque a alternativa em que "um" está classificado morfologicamente como pronome indefinido:

- A) "Você me fez uma encomenda: (...)".  
 B) "(...) só mais um pouquinho."  
 C) "(...) um não tolera a opinião do outro."  
 D) "(...) uma crise de civilidade."  
 E) "(...) mais de que um marca-passo."

## Questão 08

Em “Conversa vira bate-boca, (...)”, a classificação do verbo quanto à predicação é:

- A) transitivo direto.
- B) transitivo indireto.
- C) transitivo direto e indireto.
- D) intransitivo
- E) de ligação.

## Questão 09

Sobre o período: “E que gosta muito de ler.”, é correto afirmar:

- A) Obedece à norma culta quanto a pontuação e à ligação coesiva.
- B) É uma opção estilística para valorizar a ação de ler.
- C) Deveria ser precedida de vírgula e não de ponto em seguida.
- D) O parêntese seria usado adequadamente na primeira oração.
- E) Deveria estar precedida de dois pontos.

## Questão 10

Em: “Você deve ter notado que o pessoal anda muito mal-humorado, Olivia.”, analisa, morfossintaticamente, com acerto, os termos “Você” e “Olivia”, respectivamente:

- A) Você: Pronome-sujeito / Olivia: substantivo-vocativo.
- B) Você: Pronome-adjetivo / Olivia: substantivo próprio-sujeito.
- C) Você: Pronome-substantivo / Olivia: sujeito-aposto.
- D) Você: Substantivo-substantivo / Olivia: sujeito-objeto direto.
- E) Você: Pronome substantivo-substantivo / Olivia: complemento nominal-vocativo.

## Questão 11

Analisa adequadamente o emprego do acento grave em: “(...) ir à escola,”:

- A) O termo regente é transitivo indireto.
- B) O verbo pede complemento com preposição.
- C) O termo regente necessita de preposição e o regido está precedido do artigo a.
- D) O verbo “ir” rege sempre uma palavra com acento grave.
- E) Os objetos diretos sempre são precedidos de preposição.

## Questão 12

Em: “(...) se bem que isto também.”, o termo “também” é uma palavra denotativa de:

- A) realce.
- B) designação.
- C) retificação.
- D) inclusão.
- E) exclusão.

## Questão 13

Uma das marcas linguísticas que configuram a linguagem informal usada por Veríssimo neste texto é:

- A) a opção pelo pronome de tratamento “você”.
- B) a presença do artigo diante da palavra “Brasil”.
- C) o emprego da expressão: “tirar a gente do quentinho da cama”.
- D) o uso da contração “nas” em lugar de “em as”.
- E) a presença do verbo na primeira pessoa.

## Questão 14

No excerto: “Se desentendem e brigam porque um não tolera a opinião do outro.”, sobre a concordância verbal, é correto afirmar:

- A) Os dois primeiros verbos apresentam concordância siléptica de número.
- B) O verbo “tolerar” deveria estar no plural.
- C) Está correta em relação à norma culta.
- D) Os três verbos concordam com o núcleo do sujeito da segunda oração, “um”.
- E) O verbo “tolerar” exemplifica uma concordância ideológica de pessoa.

## Questão 15

A omissão de termos é um recurso coesivo em: “Animou meu coração mais do que um marca-passos”, o vocábulo em zeugma é:

- A) animaria.
- B) coração.
- C) marca-passos.
- D) mais.
- E) meu.



## INFORMÁTICA

## Questão 16

Acerca dos softwares Microsoft Word, Microsoft Excel e Microsoft Power Point pertencentes ao pacote Microsoft Office, assinale a alternativa errada:

- A) O Microsoft Power Point 2007 possui uma ferramenta utilizada para conversão de apresentações em documentos com extensões .doc e .xls.
- B) O Microsoft Excel 2007 permite a criação de macros, que são sequências de comandos e funções armazenados em um módulo de VBA (Visual Basic for Applications) e podem ser usados sempre que houver necessidade de executar determinada tarefa de forma automatizada.
- C) O Microsoft Word 2007 permite comparar duas versões de um documento armazenado em uma biblioteca de documentos e exibir o que mudou entre as versões.
- D) O Microsoft Power Point 2007 permite a criação de apresentações que contenham não apenas textos, mas também imagens, vídeos e sons.
- E) O Microsoft Word 2007 permite a impressão de arquivos em duas orientações: Paisagem e Retrato.

## Questão 17

Os programas de compactação de arquivos são softwares utilizados para gerar uma representação mais eficiente de vários arquivos dentro de um único arquivo de modo que ocupem menos espaço na mídia de armazenamento. Assinale a alternativa correta sobre compactação de arquivos:

- A) Os programas de compactação de arquivos permitem que sejam escolhidos três níveis de compactação de arquivos: baixa compactação (25%), média compactação (50%) e alta compactação (75%).
- B) Arquivos de texto, com exceção àqueles que contenham imagens, podem ser compactados.
- C) Arquivos compactados não podem ser atingidos por vírus de computadores.
- D) WinRar e WinWord são programas de compactação de arquivos.
- E) Alguns programas de compactação de arquivos permitem proteger os arquivos por criptografia, exigindo o uso de senhas para abrir o arquivo compactado.



## ATUALIDADES

## Questão 18

No dia 13 de maio de 2016, a Justiça Federal expediu mandado de prisão contra o ex-delegado Federal e ex-deputado Protógenes Queiroz. O ex-delegado não iniciou o cumprimento da pena que lhe havia sido imposta em 2010 (dois anos e seis meses de prisão, convertidos em prestação de serviços à comunidade), mudou de endereço e não compareceu à audiência. A Justiça suspeita que ele esteja fora do Brasil. A condenação de Protógenes Queiroz ocorreu:

- A) porque ele foi condenado na primeira fase do julgamento da operação lava-jato.
- B) pela prática de crimes de violação de sigilo funcional e fraude processual na Operação Satiagraha.
- C) pelo julgamento do caso do mensalão, no STF.
- D) pela fraude na Operação Caixa de Pandora.
- E) pela prática de crime de prevaricação durante a Operação Castelo de Areia.

## Questão 19

Em 08 de novembro de 2016 ocorrerão as eleições presidenciais nos Estados Unidos da América, para definir quem sucederá o então presidente Barack Obama. Um(a) possível candidato(a) a concorrer pelo Partido Republicano que vem ganhando força no cenário político daquele país e bastante espaço na mídia é:

- A) Hillary Clinton.
- B) o próprio Barack Obama, que ainda pode tentar a reeleição.
- C) John McCain.
- D) Elizabeth Warren.
- E) Donald Trump.

## Questão 20

No início de 2016, em razão da associação do vírus da zika com o surto de microcefalia, alguns países da América Latina e do Caribe passaram oficialmente a recomendar às mulheres que não engravidassem, o que causou grande polêmica no cenário mundial. Dentre esses países estão:

- A) Cuba e México.
- B) Brasil e Equador.
- C) Jamaica e Colômbia.
- D) Bahamas e Peru.
- E) El Salvador e Chile.



## LEGISLAÇÃO

## Questão 21

Em conformidade com a Lei Orgânica do Município de São Miguel do Guamá, ao servidor municipal, no exercício de mandado eletivo, aplica-se a seguinte disposição:

- A) Tratando-se de mandado eletivo municipal, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função. Se o mandado eletivo for federal ou estadual, o servidor não será afastado.
- B) Investido no mandado de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, devendo receber a remuneração de Prefeito.
- C) Investindo no mandado de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração de seu cargo eletivo.
- D) Investindo no mandado de Vereador, não havendo compatibilidade de horários, será afastado do cargo, emprego ou função e poderá optar pela sua remuneração.
- E) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandado eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

## Questão 22

Marque a alternativa correta, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de São Miguel do Guamá:

- A) Os vencimentos dos cargos dos Poderes Legislativo e Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- B) É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos para efeito de remuneração do pessoal do serviço público municipal.
- C) É vedada a acumulação remunerada de dois cargos de professor, ainda que haja compatibilidade de horários.
- D) Os acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público serão computados para fins de concessões de acréscimos superiores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- E) A criação e extinção dos cargos da Câmara, bem como a fixação e alteração de seus vencimentos, dependerão de projetos de resolução de iniciativa do Prefeito.

## Questão 23

É correto afirmar, com base na Lei Orgânica do Município de São Miguel do Guamá, que, na concessão ou permissão de serviço público, o Município poderá retomar os serviços concedidos ou permitidos:

- A) sempre mediante pagamento prévio de indenização.
- B) com indenização, desde que os portadores de concessão ou permissão executem-nos em desconformidade com o ato ou contrato, ou que se revelem insuficientes para o atendimento dos usuários.
- C) sem indenização, desde que os portadores de concessão ou permissão executem-nos em desconformidade com o ato ou contrato, ou que se revelem insuficientes para o atendimento dos usuários.
- D) somente após o término da vigência da concessão ou da permissão.
- E) sem indenização, após fiscalização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e revogação do ato que concedeu ou permitiu a prestação do serviço.

## Questão 24

Leia os itens seguintes:

- I- A educação física e o desporto escolar serão desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes.
- II- A partir de indispensável exame e avaliação médica, quando for o caso, o Poder Público Municipal incentivará as práticas desportivas reservando espaço para a prática de atividades físicas, que é disciplina curricular regular e obrigatória no ensino fundamental.
- III- O Município apoiará as práticas desportivas como direito de cada um, vedado o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional.
- IV- O Município incentivará o lazer como forma de promoção social, especialmente mediante, dentre outros, o aproveitamento e adaptação de rios, vales, colinas, montanhas, lagos, matas e outros recursos naturais como locais de passeio e distração.

Estão corretos, conforme a Lei Orgânica do Município de São Miguel do Guamá, apenas os itens:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I e III.
- E) II e IV.

## Questão 25

De acordo com o Código Tributário do Município de São Miguel do Guamá (Lei Complementar Municipal n.º 84/2003), incide Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza às seguintes atividades, exceto:

- A) Barbearia.
- B) Esteticista.
- C) Artes marciais.
- D) Centros de emagrecimento.
- E) Aerofotogrametria (salvo interpretação).

## Questão 26

Assinale a alternativa correta sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, conforme a Lei Complementar n.º 84/2003:

- A) O fato gerador do imposto ocorre anualmente, no último dia de cada exercício.
- B) O IPTU se constitui um ônus real sobre o imóvel, não se transmitindo aos adquirentes, aos herdeiros ou aos promitentes compradores.
- C) A incidência do IPTU independe da legitimidade do título de aquisição ou de posse do bem imóvel.
- D) A incidência do IPTU depende do resultado econômico da exploração do bem imóvel.
- E) O IPTU incide sobre bens imóveis, edificados, com habite-se, desde que estejam ocupados.

## Questão 27

Sobre os contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano, marque a alternativa correta, de acordo com a Lei Complementar n.º 84/2003:

- A) O contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, somente.
- B) O possuidor do imóvel a qualquer título é contribuinte do IPTU.
- C) O titular do direito de usufruto responde subsidiariamente pelo IPTU.
- D) O promitente comprador imitado na posse não responde pelo IPTU em qualquer circunstância.
- E) Apenas pessoas físicas podem ser contribuintes do imposto.

## Questão 28

Leia os itens seguintes:

- I- Haverá substituição no impedimento legal e temporário do ocupante de cargo de direção ou assessoramento.
- II- A substituição recairá em servidor público e independerá da expedição de ato específico.
- III- O titular de cargo de direção poderá ser designado para responder, cumulativamente, por outro cargo da mesma natureza, pelo prazo máximo de quinze dias, durante o qual deverá se verificar a nomeação de titular.
- IV- A reassunção do cargo faz cessar os efeitos da substituição.

Assinale a alternativa correta, conforme a Lei Complementar Municipal n.º 01/94:

- A) o item I está correto.
- B) apenas os itens II e IV estão incorretos.
- C) o item III está incorreto.
- D) apenas os itens I e IV estão corretos.
- E) apenas os itens III e IV estão corretos.

## Questão 29

Julgue os itens seguintes em Verdadeiro (V) ou Falso (F), de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 01/94:

- I- Será contado como tempo de serviço, salvo para a estabilidade, aquele prestado a outros Municípios, Estados, Distrito Federal e à União.
- II- Considera-se como de efetivo exercício o afastamento decorrente de casamento, por até 8 (oito) dias.
- III- É permitida a acumulação de tempo de serviço concorrente ou simultaneamente prestado.
- IV- A licença para tratamento de saúde em pessoa da família será concedida com dois terços da remuneração, quando exceder de um até seis meses.

Marque a alternativa que apresenta a correlação correta:

- A) I- V; II- V; III- V; IV- F.
- B) I- V; II- V; III- F; IV- V.
- C) I- V; II- F; III- V; IV- F.
- D) I- F; II- V; III- F; IV- V.
- E) I- F; II- F; III- V; IV- V.

## Questão 30

Marque a alternativa correta sobre o direito de petição assegurado ao servidor público civil do Município de São Miguel do Guamá, conforme a Lei Complementar n.º 01/94:

- A) O direito de petição é assegurado apenas para defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- B) O requerimento, a representação e o pedido de reconsideração serão apresentados no gabinete da Prefeitura.
- C) A petição será decidida pela autoridade que tenha expedido o ato ou proferido a decisão, no prazo improrrogável de trinta dias.
- D) Os recursos serão decididos no prazo improrrogável de trinta dias e recebidos nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- E) Os recursos, quando cabíveis e tempestivos, suspendem a prescrição.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## Questão 31

Assinale a alternativa correta acerca do Poder Executivo:

- A) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos.
- B) Se, decorridos 10 (dez) dias da data marcada para a posse, o Presidente da República não tiver assumido o cargo, este será imediatamente ocupado pelo Presidente do Senado Federal, até a realização de novas eleições.
- C) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- D) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a dez dias, sob pena de perda do cargo.
- E) É competência privativa do Presidente da República dispor, mediante decreto, da criação de órgãos públicos.

## Questão 32

Analisar os itens a seguir, conforme a jurisprudência dominante do STF:

I- O Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por ser órgão do Poder Judiciário, é dotado de competência jurisdicional.

II- As penas de advertência e de censura são aplicáveis aos juízes de 1º grau, pelo tribunal, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

III- Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

Marque a alternativa correta:

- A) Apenas o item II é verdadeiro.
- B) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- C) O item III é falso.
- D) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- E) Todos os itens são verdadeiros.

## Questão 33

Julgue os itens seguintes em VERDADEIRO (V) ou FALSO (F), de acordo com a jurisprudência dominante atual do STJ:

I- Na hipótese em que a própria validade do contrato esteja sendo objeto de apreciação judicial pelo fato de que não houve instrumento de formalização assinado pelas partes, a cláusula de eleição de foro não deve prevalecer, ainda que prevista em contratos semelhantes anteriormente celebrados entre as partes.

II- Tratando-se de relação contratual paritária (não regida pelas normas consumeristas), a maxidesvalorização do real em face do dólar americano ocorrida a partir de janeiro de 1999 autoriza a aplicação da teoria da imprevisão ou da teoria da onerosidade excessiva, com intuito de promover a revisão de cláusula de indexação ao dólar americano.

III- A teoria da base objetiva ou da base do negócio jurídico tem sua aplicação restrita às relações jurídicas de consumo, não sendo aplicável às contratuais puramente civis.

IV- Inexistindo pactuação dispondo em sentido contrário, a obrigação de pagar a comissão de corretagem é daquele que efetivamente contrata o corretor.

Marque a alternativa que apresenta o julgamento correto dos itens:

- A) I-V; II-V; III-V; IV-V.
- B) I-V; II-F; III-V; IV-F.
- C) I-F; II-V; III-V; IV-F.
- D) I-V; II-F; III-V; IV-V.
- E) I-F; II-F; III-V; IV-V.

## Questão 34

Jonas, 17 anos, pegou sem o conhecimento de seu pai, o carro da família na madrugada do dia 01/03/2016 e, por culpa sua, atropelou a menor Jordana, que veio a falecer em razão do acidente. Sabendo que os pais de Jonas são divorciados, que Jonas mora com o pai na cidade em que ocorreu o acidente e que a mãe de Jonas reside permanentemente em outro Estado, marque a alternativa correta:

- A) Os pais de Jonas são solidariamente responsáveis pelos atos praticados pelo filho menor e, por isso, eventual ação de reparação danos morais e materiais decorrentes do acidente deverá ser proposta contra ambos.
- B) A mãe de Jonas não terá legitimidade passiva em eventual ação de reparação de danos materiais e morais movida pelos pais de Jordana.

C) Jonas será o único responsável pela indenização por danos materiais e morais devida em razão da morte de Jordana, eis que é relativamente incapaz.

D) A responsabilidade dos pais de Jonas é subjetiva, com base na culpa in vigilando. Assim, se o pai de Jonas não autorizou que o filho conduzisse o veículo que vitimou Jordana, ele não poderá responder pelos danos materiais e morais causados.

E) Como Jonas é relativamente incapaz e a responsabilidade civil pelos danos decorrentes de um crime não pode ser transferida aos pais, nem Jonas nem seus pais poderão ser obrigados a reparar os danos morais e materiais decorrentes da morte de Jordana.

## Questão 35

Sobre a falência e a recuperação de empresas, marque a alternativa correta, conforme a Lei n.º 11.101/2005:

- A) A Lei n.º 11.101/2005 se aplica às sociedades de economia mista.
- B) As obrigações a título gratuito não são exigíveis do credor apenas na recuperação, sendo exigíveis na falência.
- C) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, desde que vencidos.
- D) O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, ressalvadas apenas as causas trabalhistas.
- E) Os créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado, têm preferência sobre os créditos de natureza tributária.

## Questão 36

Analisar os itens seguintes:

I- É possível conceituar serviços públicos como sendo as atividades de prestação de utilidades econômicas a indivíduos determinados, colocadas pela Constituição ou pela Lei a cargo do Estado, com ou sem reservas de titularidade, e por ele desempenhadas diretamente ou por seus delegatários, gratuita ou remuneradamente, com vistas ao bem-estar da coletividade.

II- A concessão de serviço público é uma delegação contratual, remunerada ou gratuita, da execução de serviço público à ente da iniciativa privada, para que este, por sua conta e risco, possa explorar em conformidade com os termos contratuais e a legislação de regência. Findo o prazo da concessão, é vedado que os bens afetados à prestação do serviço sejam integrados ao patrimônio público.

III- A concessão de serviço público precedida de obra pública deve ser precedida de licitação nas modalidades concorrência ou tomada de preços.

IV- Por ser precária e revogável, a permissão de serviço público não gera direito a indenização contra o Estado se extinta antes do prazo estabelecido.

Marque a alternativa correta:

- A) Os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas o item IV é verdadeiro.
- C) Apenas os itens II e III são falsos.
- D) Os itens II e IV são falsos.
- E) Apenas o item III é falso.

## Questão 37

Marque a alternativa correta:

- A) A constitucionalidade da Lei n. 8.429/92 (LIA) é bastante discutida. No julgamento da ADI 2.182/DF foi decidido que não houve vício formal na tramitação do Projeto de Lei que deu origem à LIA, porém a ADI 4.295/DF, ainda pendente de julgamento, afirma haver inconstitucionalidade material de uma série de dispositivos da Lei. Embora a ADI 4.295/DF ainda não tenha sido julgada, foi concedida medida cautelar pelo Relator ratificando a constitucionalidade dos dispositivos questionados.
- B) Dada a especialidade e a importância da matéria, o STF entendeu que a Lei n. 8.429/92 (LIA) pode ser aplicada a fatos ocorridos antes de sua vigência.
- C) As associações públicas, dada a sua natureza de autarquia interfederativa, são potenciais vítimas de improbidade administrativa.
- D) Os agentes públicos de fato putativos não podem praticar atos de improbidade administrativa e não estão sujeitos à Lei n. 8.429/92.
- E) A caracterização do ato de improbidade administrativa que acarreta enriquecimento ilícito não depende da comprovação do dolo do agente público ou do particular.

## Questão 38

Acerca da desapropriação, marque a alternativa correta conforme a jurisprudência dominante do STJ:

- A) A indenização pela cobertura vegetal não poderá ser feita de forma destacada da terra nua, ainda que comprovada a efetiva exploração econômica lícita dos recursos vegetais anteriormente aos atos de desapropriação.
- B) A intervenção do Ministério Público nas ações de desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária é obrigatória, indisponível e inderrogável, porquanto presente o interesse público.
- C) Em regra, a ação de desapropriação direta ou indireta pressupõe automática intervenção do Ministério Público.
- D) O Poder Público, em caso de urgência, tem direito à imediata imissão na posse de imóvel urbano não residencial, desde que, após necessária avaliação prévia, realize o depósito nos termos do art. 15, § 1º, do DL 3.365/1941.
- E) Nas ações de desapropriação, os juros compensatórios devem ser calculados à taxa de 12% a.a., no intervalo compreendido entre 11.6.1997, quando foi editada Medida Provisória 1.577/97, até 13.9.2001, quando foi publicada a decisão liminar do STF na ADIn 2.332/DF, sendo de 6% a.a. nos demais períodos.

## Questão 39

De acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 001/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de São Miguel do Guamá, marque a alternativa incorreta:

- A) No concurso para provimento de cargo de nível universitário haverá, necessariamente, provas de títulos.

B) O Prefeito é a autoridade competente para dar posse aos nomeados para cargos de Direção ou Assessoramento que lhe são imediatos.

C) Os servidores que operarem com raio X e substâncias radioativas terão direito a vinte dias consecutivos de férias, semestralmente.

D) A licença para tratamento de saúde superior a trinta dias somente poderá ser concedida mediante inspeção realizada por junta médica oficial.

E) O servidor terá direito, quinquenalmente, como prêmio de assiduidade, à licença de noventa dias, sem prejuízo de remuneração e outras vantagens.

## Questão 40

Em conformidade com a Lei Municipal n.º 46/2002, que dispõe sobre a Política Administrativa no Município de São Miguel do Guamá, marque a alternativa correta:

A) A arborização das vias públicas, parques, jardins e áreas públicas, será efetuada por mudas de idade compatíveis com a sua resistência e protegidas por grades de madeira.

B) O serviço de limpeza pública das ruas, praças e logradouros públicos serão executados diretamente pela Prefeitura, vedada a contratação de permissionários para esse fim.

C) Compete à Prefeitura a construção e a limpeza do passeio e da sarjeta fronteiros a propriedades privadas.

D) Os serviços de coleta de lixo especial, assim compreendidos os oriundos de hospitais, clínicas, laboratórios, farmácias, postos de saúde e similares serão de competência da Prefeitura, permitida a delegação a particulares, na forma da lei.

E) Os estabelecimentos comerciais não poderão ocupar, com mesas e cadeiras, parte do passeio público correspondente à testada do prédio.

## Questão 41

Julgue os itens a seguir em VERDADEIRO (V) ou FALSO (F), de acordo com a Lei Municipal n.º 255/2013:

I- A Administração Indireta do Município de São Miguel do Guamá é constituída pela Agência Reguladora de Saneamento, Água e Esgotos - ARSAE, com personalidade jurídica de Autarquia especial.

II- A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil é órgão executivo de direção superior.

III- O Departamento de Comunicação, vinculado à Diretoria de Planejamento Estratégico - DEPLAN, tem como atribuição, dentre outras, desenvolver trabalhos periódicos à boa imagem pública, tanto do Prefeito como de sua administração.

Marque a alternativa que apresenta o julgamento correto dos itens:

A) I-V; II-V; III-V.

B) I-V; II-V; III-F.

C) I-V; II-F; III-F.

D) I-F; II-F; III-F.

E) I-F; II-V; III-V.

## Questão 42

De acordo com a Lei Municipal n.º 117/2005, que dispõe sobre a concessão de uso especial para fins de moradia, julgue os itens seguintes:

I- A concessão especial para fins de moradia, também, poderá ser outorgada pelo Executivo Municipal ao ocupante de imóvel com ocupação mista, cujo uso predominante é o de sua moradia ou de sua família.

II- Na hipótese de não ocorrer o implemento da totalidade das exigências previstas na Medida Provisória n.º 2.220/01, o Executivo poderá, como alternativa, outorgar aos ocupantes concessão de direito real de uso para fins de moradia, atendidas as normas da legislação federal quanto às concessões de uso do bem.

III- Em qualquer hipótese, é vedado ao Executivo autorizar uso para fins comerciais, institucionais e de serviços.

Está(ão) correto(s):

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens I e III.
- C) apenas os itens II e III.
- D) todos os itens.
- E) apenas o item II.

## Questão 43

Determinado Sindicato de Trabalhadores alugou imóvel de sua propriedade para terceiros. Ao tomar conhecimento da locação, o Município em que está situado o imóvel passou a cobrar IPTU sob a alegação de que uma vez o patrimônio não estando mais afetado às finalidades essenciais do Sindicato, fica afastada a imunidade prevista no art. 150, VI, c, CRFB. Neste caso, é correto afirmar que:

- A) a imunidade prevista no art. 150, VI, c, CRFB, não atinge as entidades sindicais de trabalhadores, pelo que o Município poderia ter cobrado o IPTU do imóvel antes mesmo de ele ter sido locado a terceiros.
- B) a norma do art. 150, VI, c, CRFB, é de eficácia plena. Por isso, como não existe restrição legal para a locação do imóvel, a imunidade deve continuar incidindo, ainda que o imóvel esteja alugado para terceiros, qualquer que seja a destinação dada ao imóvel pelos terceiros e a destinação dada pelo Sindicato ao valor do aluguel.
- C) a norma do art. 150, VI, c, CRFB, é de eficácia contida. Por isso, de acordo com o art. 14, CTN, a imunidade deve continuar incidindo, ainda que o imóvel esteja alugado para terceiros, qualquer que seja a destinação dada ao imóvel pelos terceiros e a destinação dada pelo Sindicato ao valor do aluguel.
- D) embora a norma do art. 150, VI, c, CRFB, seja de eficácia limitada, o STF declarou inconstitucional o art. 14, CTN, de maneira que na ausência de norma regulamentadora, o imóvel permanece imune ao IPTU, qualquer que seja a destinação dada ao imóvel pelos terceiros e a destinação dada pelo Sindicato ao valor do aluguel.
- E) se restar comprovado que o valor dos aluguéis é aplicado nas atividades para as quais o sindicato foi constituído, o imóvel permanece imune ao IPTU.

## Questão 44

O Município Z ingressou em 2000 com ação de execução fiscal para cobrança de dívida ativa não tributária no valor à época de R\$ 200,00 (duzentos reais). Em 2015, sobreveio sentença que decretou a prescrição do crédito tributário e extinguiu a execução com resolução de mérito. Caso o Município queira recorrer da decisão, o recurso cabível é:

- A) agravo de instrumento.
- B) apelação.
- C) embargos infringentes.
- D) embargos de divergência.
- E) recurso especial.

## Questão 45

Em conformidade com o Código Tributário do Município de São Miguel do Guamá (Lei Complementar Municipal n.º 84/2003), é correto afirmar:

- A) A inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário é obrigatória, devendo ser realizada separadamente para cada imóvel de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, excepcionando os imóveis beneficiados por imunidade ou isenção fiscal.
- B) No que se refere a imóvel para o qual exista decreto de desapropriação emanado pelo Município de São Miguel do Guamá, fica suspenso o efeito do lançamento do IPTU, enquanto o Município não se imitar na posse do imóvel.
- C) Como regra, as isenções ou reduções do IPTU abrangem as taxas de serviços públicos devidas pelos proprietários ou possuidores do imóvel.
- D) É isento de IPTU o imóvel cujo valor venal seja igual ou inferior a 4.000 (quatro mil) Unidades Fiscais do Município - UFM, e que sirva de residência ao seu proprietário, o qual não possua outro imóvel no território do Município.
- E) O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação, por empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, desde que esses se constituam como atividade preponderante do prestador, os serviços elencados na Lei Complementar Municipal n.º 84/2003 ou a que eles possam ser equiparados.

## Questão 46

De acordo com a Lei n.º 4.320/64, a proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será composta de mensagem, projeto de lei de orçamento de tabelas explicativas. Nas tabelas explicativas, além das estimativas de receita e despesa, constarão também, em colunas distintas e para fins de comparação, exceto:

- A) a receita arrecadada nos quatro últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta.
- B) a receita prevista para o exercício em que se elaborou a proposta.
- C) a receita prevista para o exercício em que se refere a proposta.
- D) a despesa realizada no exercício imediatamente anterior.
- E) a despesa fixada para o exercício que se elaborou a proposta.

## Questão 47

Em determinada ação, foi concedida, por meio de liminar inaudita altera parte, tutela de urgência determinando que o Município X suspenda procedimento licitatório até o julgamento final do mérito. A decisão foi publicada no dia 25/04/2016 e o mandado de intimação foi recebido pelo órgão competente, sem os autos judiciais, no dia 28/04/2016. Neste caso, e considerando que o processo em questão não é eletrônico, é correto afirmar, de acordo com o CPC/2015:

- A) O art. 9º do CPC/2015 não permite mais que seja concedida liminar inaudita altera parte, eis que ao juiz é vedado tomar qualquer decisão sem o prévio exercício do contraditório.
- B) Caso o Município X queira recorrer da decisão, deverá interpor agravo de instrumento no prazo de 20 dias úteis, contados da publicação da decisão.
- C) Caso o Município X queira recorrer da decisão, deverá interpor agravo de instrumento no prazo de 30 dias úteis, contados do recebimento do mandado de intimação.
- D) Caso o Município X queira recorrer da decisão, deverá interpor agravo de instrumento no prazo de 30 dias úteis. No entanto, o prazo somente começará a correr com a remessa ou a carga dos autos.
- E) Caso o Município X queira recorrer da decisão, deverá interpor agravo de instrumento no prazo de 20 dias úteis. No entanto, o prazo somente começará a correr com a remessa ou a carga dos autos.

## Questão 48

O Município Y foi condenado ao pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de indenização por danos materiais e morais ao autor. A decisão transitou em julgado em 05/05/2016. No dia 20/05/2016, o Município foi pessoalmente intimado do requerimento de cumprimento de sentença, na forma do art. 535, CPC/2015. Considere que os prazos forenses foram suspensos nos dias 26 e 27/05/2016. Neste caso, é correto afirmar:

- A) Há erro de procedimento, eis que o cumprimento de sentença não se aplica às execuções contra a Fazenda Pública. Assim, o Município deverá interpor agravo de instrumento contra a decisão que recebeu a petição de cumprimento de sentença.
- B) Há erro de procedimento, eis que o cumprimento de sentença não se aplica às execuções contra a Fazenda Pública. Assim, o Município deverá apresentar embargos à execução suscitando o vício.
- C) O Município poderá impugnar a execução, impugnação esta que será processada em autos apartados.
- D) O Município poderá impugnar a execução, alegando uma das matérias elencadas nos incisos I a VI do art. 535. O prazo final para a impugnação é 05/07/2016.
- E) O Município poderá impugnar a execução, alegando uma das matérias elencadas nos incisos I a VI do art. 535. O prazo final para a impugnação é 21/06/2016.

## Questão 49

Acerca do inquérito policial, marque a alternativa correta:

- A) Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será sempre iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo, vedada a instauração de ofício.
- B) O despacho que indeferir o requerimento de abertura do inquérito policial é irrecorrível, cabendo apenas mandado de segurança.

C) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

D) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será sempre realizada.

E) A incomunicabilidade do indiciado, quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação assim exigir, independe de despacho nos autos.

## Questão 50

Em conformidade com a Constituição da República de 1988 e com a jurisprudência atualmente dominante do STF, marque a alternativa correta acerca da competência da Justiça do Trabalho:

A) O disposto no art. 114, I, IV e IX, da CRFB, acrescidos pela EC 45, atribui à Justiça do Trabalho competência para processar e julgar ações penais.

B) A existência de pedido de condenação do ente local ao pagamento de FGTS torna a Justiça do Trabalho competente para o exame da ação.

C) A Justiça do Trabalho é competente para apreciar causas que discutam direitos de servidores temporários.

D) A Justiça do Trabalho dispõe de competência para apreciar litígios instaurados contra entidades de previdência privada e relativos à complementação de aposentadoria, pensão ou de outros benefícios previdenciários, desde que a controvérsia jurídica resulte de obrigação oriunda de contrato de trabalho.

E) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, desde que a sentença de mérito em primeiro grau tenha sido prolatada após a vigência da EC 45/2004.